



CELESC

RODADA MORN



PRIMEIRA RODADA EFETIVA DE NEGOCIAÇÃO NÃO DEBATE CLÁUSULAS DE MAIOR INTERESSE DOS TRABALHADORES

A primeira rodada efetiva de negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/13 não apresentou nenhuma novidade aos trabalhadores. Das 25 cláusulas debatidas em mesa, nenhuma contemplava novas reivindicações da categoria. Em uma clara tentativa de levar a negociação de forma morna, adiando confrontos e debates mais impactantes, a diretoria apenas “limpou a pauta”, debatendo cláusulas de renovação, que apesar de importantes não refletem os anseios dos celesquianos.

Os sindicatos que compõem a Intercel esperavam que a diretoria da Celesc avançasse efetivamente nas negociações desde o início das rodadas, demonstrando respeito pelas reivindicações da categoria.

Nesta quinta têm negociação

Nesta quinta-feira, dia 30, acontece nova rodada de negociações. A diretoria da empresa já deixou claro que se propõe a debater mais 11 cláusulas (veja quadro abaixo), mas para os sindicatos da Intercel o importante é avançar nas discussões de cláusulas específicas, refletindo verdadeiramente a expectativa dos trabalhadores.

Proposta da Celesc de cláusulas para debate nesta rodada

- 51 - Política Educacional
- 47 - Horário de Verão Linha Viva
- 48 - Despesas com Acidente em Serviço e outras Doenças Profissionais
- 36 - Liberação de Dirigentes Sindicais
- 46 - Área de Risco
- 56 - Reconhecimento de Dependente

- 54 - Jornada de Trabalho
- 49 - Política de Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho
- 55 - Horas de deslocamento para cursos
- 35 - Liberação de Conselheiro Eleito
- 53 - Auxílio Funeral

Acompanhe os boletins da Intercel. Procure seu sindicato.



Eletrobras descumpra acordo e trai os trabalhadores



Greve na Eletrobras durou 11 dias e mobilizou grande parte dos trabalhadores

A Federação Nacional dos Urbanitários – FNU divulgou dia 24 de agosto um boletim condenando a postura da diretoria da Holding Eletrobras que determinou a compensação dos dias parados por ocasião da greve nacional dos eletricitários, ocorrida no mês de julho de 2012. A FNU afirma que os trabalhadores foram traídos pela direção da Eletrobras através de atitude autoritária, que representa o rompimento do acordo estabelecido em mesa de negociação.

O compromisso assumido pelas empresas com os sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE foi de que os dias parados seriam discutidos 60 dias após o fechamento do acordo, e que nenhuma decisão seria tomada sem antes discutir com as entidades sindicais. A FNU também registrou no boletim do dia 24, que o CNE obteve a informação de que dentro da Holding ocorreram fortes pressões por parte dos diretores das Empresas, principalmente da Chesf e da Eletrosul, para inclusive cortar o ponto dos trabalhadores que aderiram à greve. Em função da decisão unilateral e extemporânea da direção da Eletrobras em determinar o início da compensação das horas, o CNE agendou para esta quinta-feira, dia 30 de agosto, uma nova reunião com o Diretor Administrativo da Eletrobras, Miguel Colasuonno, para tratar desta questão.

A recomendação da FNU para os sindicatos que compõem o CNE é de que os trabalhadores sejam orientados a não acatar a determinação da Holding para compensar as horas, antes de conhecer os desdobramentos da reunião do dia 30 de agosto. A luta não se encerrou com o fechamento do acordo, ela é permanente, até porque a atual gestão da Eletrobras tem se mostrado pouco confiável, incapaz de cumprir compromissos assumidos.

O CNE também orientou as entidades sindicais a realizarem assembleias prolongadas e unificadas nacionalmente, que deverão acontecer segunda-feira dia 03 de setembro pela manhã, onde serão dados informes sobre a reunião com a Eletrobras e deliberados os encaminhamentos futuros sobre a discussão dos dias parados e outros desdobramentos por ocasião da greve nacional.

Quem se importa com os terceirizados?

Não é raro que os trabalhadores/as terceirizados (limpeza e conservação, remanejamento, montagem de estandes, jardinagem, portaria, vigilância da sede da Eletrosul) procurem os dirigentes sindicais do Sinergia para solicitar apoio em intervenções junto a Eletrosul e ao preposto de empresa contratada a fim de melhorar as suas condições de trabalho, incluindo mudanças na forma de tratamento com a qual seus superiores se dirigem a elas. Até mesmo intermediações para que as suas angústias, resultantes do relacionamento entre os trabalhadores, têm sido solicitadas ao Sinergia, para que possam ser aliviadas junto ao departamento responsável pela administração dos contratos na Eletrosul.

Isso tem se dado devido à instabilidade que os trabalhadores tem sentido para dialogar com os seus superiores dada a insegurança relativa aos processos de demissão que tem pairado sobre as suas relações de trabalho.

A Eletrosul, ainda que tenha sido alertada desses problemas diversas vezes pelos dirigentes do Sinergia, mantém uma postura de observadora diante das tentativas de mediação dos conflitos, limitando-se a lamentar as demissões.

Não raro os terceirizados são lembrados, pelas suas próprias empresas, de que o valor do vale alimentação que recebem é superior ao percebido no mercado. Desta forma, os prepostos e gerentes da Eletrosul administram uma conquista dos trabalhadores, obtida em acordo coletivo de trabalho (ACT), como uma “ferramenta de gestão” que utilizam para intensificar a exploração do trabalho. São lembrados também que existem muitas pessoas que gostariam de estar no lugar deles.

Pior ainda é o fato de que as pessoas que questionam o tratamento que recebem têm sido tachadas como culpadas por “desestabilizar” o clima “produtivo” do ambiente de trabalho. O último caso de demissão por motivo de “desarmonia” foi nesse mês: uma senhora de 55 anos, com 10 anos de serviços prestados na Eletrosul, com uma filha grávida de 19 anos – desempregada – morando sob o mesmo teto, em um bairro de alto risco social, foi sumariamente demitida por não aceitar trocar seu turno do período diurno para o noturno. Na ocasião, ela solicitou aos dirigentes do Sinergia uma mediação junto aos envolvidos, a fim de que ela preservasse seu horário de trabalho.

Disposto a ajudar na resolução do conflito, representantes do Sinergia sequer tiveram a chance de levar adiante a mediação, pois instâncias de decisão da Eletrosul mantiveram a postura de não se envolver no problema, ainda que o cenário social lhes fosse conhecido. É certo que alguns leitores não tem ainda a percepção de que o Sinergia tem por princípio não apenas a defesa dos trabalhadores da categoria dos eletricitários, mas também dos mais vulneráveis nas relações de trabalho. Contudo deve ficar claro a todos que, enquanto o Sinergia existir como sindicato optante pelo rompimento do modelo social que causa as brutais diferenças entre os seres humanos, sempre motivará a todos os trabalhadores para que digam NÃO ao sistema que se estrutura como reflexo de uma ideologia que busca naturalizar as desigualdades sociais.

PCR: muitas intenções, poucos resultados

Apesar das expectativas a reunião ocorrida com a Tractebel no dia 24/08/2012 não trouxe avanços concretos em relação ao PCR. Mesmo a longa demora entre o compromisso estabelecido no Ministério Público e a realização da reunião não foi suficiente para que a empresa trouxesse propostas definitivas para os pontos destacados pela Intersul. Durante a reunião foi feita, pela empresa, uma explanação sobre o PCR com algumas sinalizações positivas, mas que ainda estariam em avaliação.

Destacamos entre elas:

Maior transparência sobre as possibilidades salariais com o acesso à tabela de toda a carreira do empregado;

Adoção de um critério de movimentação por antiguidade para os gerentes;

Consideração da gratificação de função na base de cálculo da periculosidade;

Possibilidade de refazer a tabela de remuneração sem os adicionais legais;

Avaliação do registro do PCR na SRTE, desde que não represente restrições para eventuais alterações pela empresa.

Como pode ser visto as sinalizações foram boas, mas ficaram no campo das intenções. Faltou resposta para a retirada do limite de concessão de antiguidade para as carreiras não gerenciais (130% da faixa). Questionada pela Intersul a empresa respondeu que “no momento não retiraria a limitação”. A Intersul reafirmou a importância da retirada da limitação e como alternativa, propôs que o limite seja a carreira e não a faixa.

A empresa solicitou mais tempo para concluir os estudos e apresentar soluções concretas para os pontos do PCR destacados acima, afirmando que isto acontecerá antes da negociação do Acordo Coletivo.

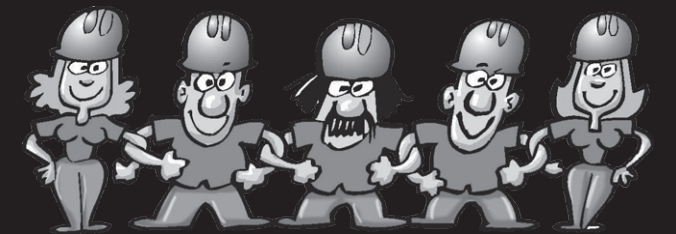
Atingidos ocupam sede da Copel no Mato Grosso

Atingidos pela usina hidrelétrica de Colíder no Mato Grosso ocuparam na manhã desta segunda-feira (20) a sede da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), proprietária da barragem que está em fase avançada de construção. O grupo é formado, sobretudo, por pescadores que reivindicam que a empresa reconheça os prejuízos que centenas de famílias tiveram depois do início da construção da barragem. Todas viviam da pesca no rio Teles Pires e ficaram sem a principal fonte de renda.

Jeferson do Nascimento, militante do MAB na região, denuncia que desde dezembro de 2011 a pesca se tornou uma atividade inviável devido aos impactos causados pela barragem e que a empresa não reconhece sua responsabilidade. “Até o final do ano passado os ribeirinhos pescavam 160 kg por semana, valor limite permitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Depois disso, a queda foi tão grande que eles pararam de pescar”, afirma.

A UHE Colíder é uma das obras do chamado Complexo Teles Pires que também inclui as barragens de São Manoel (747 MW), Teles Pires (1820 MW), Sinop (461 MW), Magessi (53 MW) e Foz do Apicacás no rio Apicacás (275 MW).

FIQUEM ATENTOS AOS BOLETINS DA NEGOCIAÇÃO! JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!



PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA PARA A ENERGIA COBRA COMPROMISSO DO GOVERNO SOBRE A RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

Representantes de entidades que integram a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia se reuniram no dia 17/08, em Brasília, tendo como tema central de debate a renovação das concessões do setor elétrico, em função das recentes notícias veiculadas na mídia de que o governo federal estaria discutindo a proposta final com setores empresariais e havendo forte indicio de anúncio das medidas ser realizado no mês de setembro. Na mesa de diálogo estabelecida entre o governo, através do Ministro da Secretária Geral da Presidência, Gilberto de Carvalho, e a Plataforma para a Energia, foi estabelecido o compromisso que a Presidenta Dilma só tomaria uma decisão após ouvir a posição dos trabalhadores e dos movimentos sociais, representados pela Plataforma para a Energia. A Plataforma já havia pedido audiência com a Presidência em março desse ano para apresentar suas propostas, e até agora não foi recebida. Qualquer medida deve levar em consideração os interesses prioritários dos trabalhadores do campo e da cidade e para isso precisam ser ouvidos e atendidos, e o governo terá responsabilidade central nesta decisão. Tudo indica que o governo deve decidir pela renovação das concessões – e não pela realização de novos leilões (licitações). No entanto, não basta apenas renovar, é necessário discutir quais serão as condições para esta renovação, de que forma se garantirá a expansão do

sistema elétrico e, ao mesmo tempo, o fortalecimento das empresas estatais e a manutenção/avanços dos direitos dos trabalhadores e dos atingidos pelas barragens. É preciso determinar quem será beneficiado com esta energia das estatais brasileiras. É inadmissível que os setores que se apropriaram do patrimônio público brasileiro, com as privatizações, voltem a ser beneficiados, enquanto o povo brasileiro vem pagando a conta. Nesse processo de renovação das concessões, deve-se priorizar a redução das tarifas dos consumidores residenciais.

É fundamental também a preservação da capacidade de investimento das empresas estatais, que já que deram demonstração de sua importância quando no passado alavancaram o processo de industrialização no país e continuam contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil; o que torna imperativo hoje diante de uma grave crise internacional. Neste sentido, é necessário que se mantenham políticas e investimentos na propagação do desenvolvimento e bem estar do povo. É necessário que elimine a terceirização, responsável pela precarização das condições de trabalho. Além disso, é preciso discutir o financiamento do BNDES para as empresas públicas, o controle social nas empresas e na política energética, rever o papel, estrutura e funcionamento das agências reguladoras e

dos demais órgãos do setor elétrico, a estrutura tarifária, entre outras questões.

Esses temas, entre outros, serão melhor abordados em um jornal especial que está sendo elaborado e será distribuído nos próximos dias para os trabalhadores do setor e para a população em geral, no intuito de transmitir as propostas da Plataforma para a Energia sobre as condições para a renovação das concessões, encaminhadas ao governo.

A plataforma para a Energia continua cobrando do governo o compromisso assumido na mesa de diálogo, e se não for cumprido o acordado, estará fazendo manifestações de repúdio à falta de palavra da Presidenta Dilma Rousseff.

Outro tema discutido na reunião do dia 17/08, em Brasília, foi a conjuntura nacional e internacional e os efeitos da crise para os trabalhadores, tendo sido proposto a realização de um seminário nacional, promovido pela Plataforma para a Energia, previsto para ser realizado no mês de novembro, no intuito de envolver outros agentes representativos dos movimentos sociais e trabalhadores do campo e da cidade, para massificar o debate e elaborar propostas conjuntas para o enfrentamento dessa conjuntura e para que a energia, um bem social público, esteja de fato à serviço do povo brasileiro.

Intercel

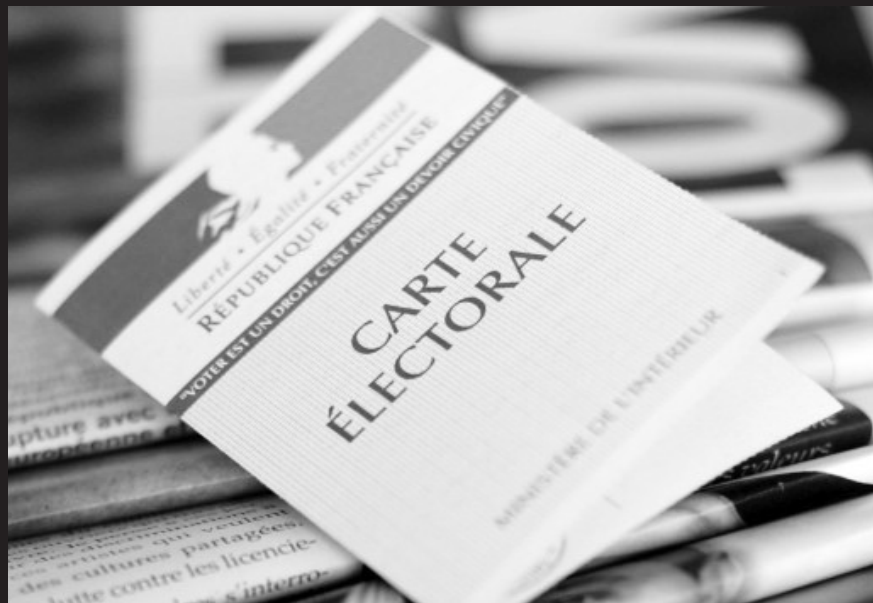
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Henri Claudino
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000
 Fone (047) 3028-2161

E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindnorte.org
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



A coragem de um presidente



A CRISE NA EUROPA REFLETIU CLARAMENTE NAS ELEIÇÕES DE DIVERSOS PAÍSES. NA FRANÇA, UM DOS PILARES DA UNIÃO EUROPÉIA, A DERROTA DE SARKOZY NAS URNAS E A ELEIÇÃO DO SOCIALISTA FRANÇOIS HOLLANDE DEMONSTROU A INSATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO COM AS MEDIDAS DE "AUSTERIDADE" PROMOVIDAS PELO EX-PRESIDENTE, QUE APENAS CORTAVAM BENEFÍCIOS SOCIAIS NA TENTATIVA DE SALVAR O CAPITALISMO EM DETRIMENTO DA SOCIEDADE.

A ASCENSÃO DE HOLLANDE AO PODER NA FRANÇA DEU NOVOS RUMOS ÀS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE. AO INVÉS DE CORTAR GASTOS COM A SOCIEDADE, HOLLANDE ATACOU À MÁQUINA PÚBLICA INCHADA SEM COM ISSO ATACAR OS TRABALHADORES. LISTAMOS ABAIXO ALGUMAS DAS CORAJOSAS POLÍTICAS IMPLANTADAS PELO PRESIDENTE FRANCÊS.

- Suprimiu 100% dos carros oficiais e mandou que fossem leiloados; os rendimentos destinam-se ao Fundo da Previdência e destinam-se a ser distribuído pelas regiões com maior número de centros urbanos com os subúrbios mais ruins.

- Tornou a enviar um documento (doze linhas) para todos os órgãos estaduais que dependem do governo central em que comunicou a abolição do "carro da empresa" provocativa e desafiadora, quase a insultar os altos funcionários, com frases como "se um executivo que ganha € 650.000/ano, não se pode dar ao luxo de comprar um bom carro com o seu rendimento do trabalho, significa que é muito ambicioso, é estúpido, ou desonesto. A nação não precisa de nenhuma dessas três figuras". Fora os Peugeot e os Citroen. 345 milhões de euros foram salvos imediatamente e transferidos para criar (a abrir em 15 ago 2012) 175 institutos de pesquisa científica avançada de alta tecnologia, assumindo o emprego de 2560 desempregados jovens cientistas "para aumentar a competitividade e produtividade da nação."

- Aboliu o conceito de paraíso fiscal (definido "socialmente imoral") e emitiu um decreto presidencial que cria uma taxa de emergência de aumento de 75% em impostos para todas as famílias, líquidas, que ganham mais de 5 milhões de euros/ano. Com esse dinheiro (mantendo assim o pacto fiscal) sem afetar um euro do orçamento, contratou 59.870 diplomados desempregados, dos quais 6.900 a partir de 1 de julho de 2012, e depois outros 12.500 em 01 de setembro, como professores na educação pública.

- Privou a Igreja de subsídios estatais no valor de 2,3 milhões de euros que financiavam exclusivas escolas privadas, e pôs em marcha (com esse dinheiro) um plano para a construção de 4.500 creches e 3.700 escolas primárias, a partir dum plano de recuperação para o investimento em infra-estrutura nacional.-

- Estabeleceu um "bónus-cultura" presidencial, um mecanismo que permite a qualquer pessoa pagar zero de impostos se se estabelece como uma cooperativa e abrir uma livraria independente contratando, pelo menos, dois licenciados desempregados a partir da lista de desempregados, a fim de economizar dinheiro dos gastos públicos e contribuir para uma contribuição mínima para o emprego e o relançamento de novas posições sociais.

- Aboliu todos os subsídios do governo para revistas, fundações e editoras, substituindo-os por comissões de "empreendedores estatais" que financiam ações de atividades culturais com base na apresentação de planos de negócios relativos a estratégias de marketing avançados.

- Lançou um processo muito complexo que dá aos bancos uma escolha (sem impostos): Quem porporcione empréstimos bonificados às empresas francesas que produzem bens recebe benefícios fiscais, quem oferece instrumentos financeiros paga uma taxa adicional: é pegar ou sair.

- Reduzido em 25% o salário de todos os funcionários do governo, 32% de todos os deputados e 40% de todos os altos funcionários públicos que ganham mais de € 800.000 por ano. Com essa quantidade (cerca de 4 milhões) criou um fundo que dá garantias de bem-estar para "mães solteiras" em difíceis condições financeiras que garantam um salário mensal por um período de cinco anos, até que a criança vai à escola primária e três anos se a criança é mais velha. Tudo isso sem alterar o equilíbrio do orçamento.

Como consequência: o spread com títulos alemães, por magia, caiu, a inflação não aumentou e a produtividade nacional aumentou no mês de junho, pela primeira vez em três anos.

